

**PORTARIA Nº 1007/2023**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 2106/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a designação da juíza de Direito **Suyane Macedo de Lucena** para atuar no Núcleo de Produtividade Remota e, em substituição, designar a Juíza de Direito **Leopoldina de Andrade Fernandes** para atuar, como integrante do referido núcleo, nas mesmas unidades indicadas na portaria nº 469/2023.

Art. 2º A Secretaria de Tecnologia da Informação deverá providenciar os acessos necessários aos fluxos dos sistemas utilizados nas mencionadas unidades judiciais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 20 dias do mês de abril de 2023.

DESEMBARGADOR ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 1008/2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de manter a máxima eficiência na prestação jurisdicional nas comarcas auxiliadas pelo Núcleo de Produtividade Remota;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogar o prazo das atividades desenvolvidas pelos magistrados que estão atuando, no âmbito do Núcleo de Produtividade Remota,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo previsto nas seguintes Portarias até o dia 30 de junho de 2023:

Portaria	Data de Publicação DJe
469/2023	28 de fevereiro de 2023
470/2023	
475/2023	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 20 dias do mês de abril de 2023.

DESEMBARGADOR ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1009/2023

Dispõe sobre Pensão Definitiva de Montepio Civil da Magistratura.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a decisão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, constante no Processo Administrativo nº 8522900-77.2016.8.06.0000 (03048/2017-0);

RESOLVE conceder, a partir de 20/01/1997, a pensão definitiva de Montepio Civil da Magistratura para **OLGARINA SERRA STUDART**, viúva beneficiária do ex-Assessor de Desembargador **CARLOS MAURÍCIO STUDART GURGEL**, no valor de R\$ 1.380,49 (um mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos), correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos e demais vantagens percebidas por um Assessor de Desembargador.

RESOLVE, excluir a mesma, a partir de 28/02/2019, em virtude de seu falecimento.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, data e hora registradas em sistema.

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará